

## O estado da nação\*

ADRIANO MOREIRA

Jurista e professor, membro da Sociedade de Geografia de Lisboa e ex-Ministro do Ultramar (1960-62)

1. Mais de uma vez, ao longo dos últimos quinze anos, me foi concedido o privilégio de falar aos portugueses que vivem em terra alheia para meditar em comum sobre aquilo que nos une, mesmo quando as circunstâncias vão impondo a mudança de nacionalidade, o esquecimento da língua, até nova religião.

Nunca, em qualquer dessas ocasiões, estivemos reunidos por imposição ou inspiração de quem tivesse capturado o poder de governar no território que é a Pátria originária de todos, porque as nossas preocupações estão relacionadas com a sociedade civil e não com as lutas pela ocupação, manutenção e exercício do poder político.

Também hoje devo o facto de ocupar esta tribuna ao convite da própria comunidade que vive na Venezuela, e não ao poder instalado em Portugal, com o qual não tenho qualquer relação.

Esta nota inicial, pareceu-me absolutamente necessária, para que não se confunda um movimento da sociedade civil, como é aquele que pretende manter unidas as comunidades portuguesas que vivem no estrangeiro, com os tradicionais esforços governamentais no sentido de monopolizar essa riqueza nacional para o serviço dos objectivos ideológicos de cada transitório Governo.

Por isso mesmo, é conveniente lembrar que este movimento das comunidades que vivem fora de Portugal, essa Nação Peregrina em terra alheia, como tive ocasião de lhe chamar, nasceu como uma resposta da sociedade civil a necessidade evidentes de toda a grei, à margem de qualquer iniciativa oficial. Não foi por acaso que escolhi, e consegui ver aprovado pelos interessados, a cidade de Guimarães como o local onde se praticaram os actos fundadores da

---

(\*) Conferência proferida no Centro Português de Caracas, em 10/06/1979

União das comunidades de acultura portuguesa e da Academia Internacional da Cultura portuguesa, as primeiras instituições que lidaram com este problema.

Foi difícil, no domínio da Constituição de 1933, manter independentes do Governo quer a ideia quer as instituições que a serviam, e foi completamente impossível conseguir, depois do 25 de abril de 1974, que essa linha se mantivesse, porque as instituições criadas se viram rodeadas de dificuldades até agora invencíveis, e porque o novo aparelho político expropriou a ideia, que tem usado como se não tivesse um passado, e cuidadosamente tem evitado qualquer referência aos seus antecedentes e objectivos.

E isto não é conveniente, para os emigrantes voluntários ou forçados, nem serve os interesses daquilo que chamamos a sociedade civil, à qual pertencem sem escolha, mas que desejam manter sem dependências ou servidões ideológicas.

Com simplicidade, é oportuno declarar que não confundimos o nosso amor a Portugal com a admiração ou desafecto para qualquer Governo instalado, e que não esperamos de nenhum Governo a pretensão de nos ensinar o civismo.

2. O nosso principal interesse, a nossa raiz perene, está na sociedade civil que permanece, sejam quais forem as convulsões políticas. Quando falamos da sociedade civil, sabemos que nos estamos a referir às instituições que rodearam a nossa infância, que nos integraram na vida colectiva, que nos ensinaram a amar a terra de origem, que nos fizeram aprender a identificar a nossa gente, que nos transmitiram esta sabedoria colectiva que é a arte de ser português em qualquer parte do Mundo.

No maior número dos casos das comunidades antigas, sobretudo daquelas que se encontram instaladas neste continente americano, todo esse ensinamento foi principalmente recolhido na pequena aldeia de origem, sem oportunidade de uma experiência alargada à totalidade do País, e foi com esse capital, mais a coragem, que os emigrantes se lançaram no Mundo.

O que há de misterioso nesse ensinamento básico e pode ser verificado pela experiência ao redor da Terra, é que um tal portuguesismo resiste à mudança das gerações, à nacionalidade nova adquirida pelos filhos, até à mudança da língua que a nova integração social vai exigindo. Podem encontrar-se no Japão, na Malásia, no Hawai, na Nova Inglaterra, na Califórnia, no Canadá, os descendentes desses nossos bravos emigrantes, transformados em cidadãos leais dos novos países, devotados servidores da comunidade a que agora pertencem, mas afirmando-se portugueses e inquietos com os interesses, os destinos, os dramas, as frustrações do Povo originário, cuja terra por vezes há gerações que não visitam, cuja língua muitas vezes já não falam. Mas nas suas associações privadas, nas organizações culturais e desportivas que mantêm, encontramos os mesmos símbolos, a bandeira que lembra a antiga Pátria, os livros que asseguram a comunicação com a gesta do passado e o saber de sempre, os retratos dos varões e santos que são os mesmos, Luís de Camões, Vasco da Gama, o Infante D. Henrique, o Santo Condestável, Santo Antão de Lisboa, e esse último horói popular que foi Gago Coutinho.

Desde o I República Democrática do Oriente que foi Macau, até às pequenas comunidades perdidas nos confins da Amazónia, a arte de ser português sobreviveu a todas as mudanças, indiferente aos cataclismos políticos e às precárias notoriedades do exercício do poder.

Tudo aconselha, por isso, a que não se confundam essas comunidades antigas, sobretudo as que estão instaladas no continente americano, com as recentes comunidades de emigrantes que se instalaram em países europeus, levados pelos mecanismos do mercado de trabalho, até muitas vezes tratados como colónias interiores dos países hospedeiros.

O caso é que as comunidades instaladas nesta parte do Mundo, tiveram a iniciativa, a capacidade e a força de se organizarem de maneira integrada, independente e harmónica, no seio da sociedade local que as recebeu enriquecendo-se, e elas não precisam para nada do Governo português, este é que precisa delas no caso de querer usar, a favor do bem comum, um património para cuja constituição não contribuiu de modo algum.

Houve tempo suficiente para que uma lei inexorável desenvolvesse todos os seus efeitos. Essa lei, que encontro comprovada em todos os lugares, é que são os filhos que fixam o destino das famílias, e não os pais. Estes partem sempre com o projecto de voltar e não cuidam, ao abandonar a terra natal, que não tornarão a beber uma sede de água nas fontes da sua meninice, que não terão de novo a oportunidade de confiar aos mesmos amigos da infância os segredos e os triunfos da vida que vão iniciar longe. Mas tudo é geralmente frustrado pelas contingências da existência nova, e o elemento, mais sentimental do que material, que definitivamente os amarra à terra do destino, são os filhos. Estes são a âncora que os fixa, e onde decidiram ficar é onde os pais preferirão ter a sepultura. Ensinam-lhes entretanto a arte de ser português, e assim os encontramos, aos milhares, cidadãos fiéis de novos Estados, mas portugueses de geração em geração.

Esta condição das comunidades velhas exige da prudência, e da eventual sabedoria dos Governos que se revezam na pilotagem efémera da política portuguesa, o entendimento de que não devem tentar envolver a nossa gente, que pertence à Nação Peregrina em terra alheia, nas suas quarelas paroquiais, nas suas questões ideológicas, nas suas ambições partidárias, nas suas pequenezes humanas. Essa transitória coisa que é o poder, não faz parte das preocupações de comunidades que a natureza vai encaminhando no sentido de serem compostas principalmente de descendentes de portugueses, e não de portugueses ligados pelo vínculo da nacionalidade à terra de origem. Até no Brasil, tão mais ligado a Portugal do que outro qualquer lugar de destino da nossa emigração tradicional, as associações portuguesas são luso-brasileiras pela composição, e não tardará que sejam exclusivamente compostas por descendentes de portugueses que possuem, pelo nascimento, a nacionalidade brasileira.

A contrapartida deste entendimento que se espera de quem eventualmente governe na terra que é a nossa matriz, está no facto de o amor a Portugal se manter indefectivelmente ao serviço da sociedade civil que nos deu a ascendência, os valores fundamentais, a concepção de vida, as tradições, o sentimento da identidade e de permanência na mudança.

E poucas vezes foi tão necessário que, passando por cima daquilo que nos pode desagradar na governança, o amor das comunidades a Portugal seja um esteio forte de uma sociedade civil portuguesa que se adapta, penosamente, ao mundo novo no qual se encontrou subitamente mergulhada. Porque existe um drama na sociedade civil contemporânea, que não deve ser omitido nem disfarçado.

Para o encarar, não é necessário proceder a quaisquer juízos valorativos, condenatórios ou de aprovação, dos acontecimentos que estão na base do problema para o qual pretendemos chamar a atenção.

A questão é que estamos reduzidos a uma território de 92.000 Kms quadrados, e escassamente cultivável. Sobre essa pequena terra vivem três gerações que se encontram com dificuldades ou cortes de comunicação entre elas. A mais velha, que ultrapassou os cinquenta anos, e escassamente participou do poder político, limitadamente teve intervenção na gestão da coisa pública, porque encontrou as responsabilidades do poder firmemente detidas pela geração anterior. Foi, nesse aspecto, uma geração passada em branco, dedicada às tarefas da vida civil, alheia à coisa pública, impossibilitada pela estrutura de assumir uma criatividade política, habituada à segurança sem escolha, mas consciente de pertencer a um País sem grande força material, mas com enormes responsabilidades internacionais. Esta geração cinquentana anda desamparada e sem esperança, a tentar compreender que espécie de novo País lhe aconteceu, abúlica a destroçada, morrendo por dentro enquanto não desiste de viver. São náufragos de um mundo que não ajudaram a desfazer, que serviram de acordo com as virtudes aprendidas, e que subitamente se encontraram sem função, ou porque expressamente foram despedidos sob o nome de saneamento, ou porque as estruturas se despediram abandonando-os desamparados.

Temos depois uma geração contemporânea da minoria revolucionária que assumiu o poder, que o saneou com um critério geracional, que fez convergir nessa tarefa uma pluralidade de sonhos, que entrou em conflito interno como é de regra em todas as convulsões políticas, e que se encontra com o leme da pilotagem do Estado nas mãos, sem ter conseguido formular um projecto nacional que seja o património comum de todos os portugueses.

Finalmente, neste mundo onde as modificações sociais atingiram um acelaramento que antecipa a maioridade para a época em que, não faz muito, se resolvia a crise das puberdades, uma geração à beira de pesar no processo político, armada do voto aos 18 anos, mas desarmada de projecto, de experiência, de passado, e que não consegue entender o que pretenderam e quiseram os pais e avós que ainda se encontram vivos sobre a terra portuguesa que é de todos.

Por vezes, dão a visível impressão de serem inimigos íntimos, quando não a mais grave imagem da total indiferença recíproca, como se a possibilidade de comunicação tivesse sido destruída. Lembram a idéia de que o inferno são os outros, o que não pode conduzir senão ao ilhamento das gerações e à impossibilidade de conjugar a experiência dos mais velhos com a criatividade dos mais jovens.

Falta viver aquele cinento que se chama o patriotismo, e que liga as gerações por cima e para além das mudanças e das catástrofes. Uma teoria de conflitos é a que mais evidentemente inspira as análises, os sentimentos, e as acções dos grupos e das pessoas, de tal modo que falar na Pátria parece um acidente nem sempre recebido com o melhor dos acolhimentos.

Temos uma sociedade civil atingida por aquelas virtudes enlouquecidas de que falavam os clássicos, para significar que todas as virtudes possuem um capital de defeitos capazes de as matarem.

Herdeiros que somos do legado político ocidental, que ajudá-nos a definir e a enriquecer, sabemos que a dignidade humana é um valor que não pode ser ferido, e esperamos da criatividade do homem, da competição entre os melhores, da liberdade de cada um, benefícios gerais para a comunidade.

Mas as virtudes enlouquecem quando a dignidade do homem se deixa ultrapassar por um individualismo que esquece o interesse do próximo; quando a competição se transforma numa luta sem quartel que esquece a ética; quando a vocação de servir o bem comum, se desenvolve em luta pelo poder a todo o preço; quando o desejo do triunfo individual, prefere a catástrofe de todos à derrota pessoal; quando o amor à pequena terra natal se desfigura num feudalismo que esquece a Pátria comum. Então, a sociedade civil transforma-se num deserto onde apenas florescem os defeitos das virtudes. Remédio para tantas ameaças, que todas afloram na vida portuguesa, está apenas no culto do patriotismo, esse valor supremo que mantém unidas as comunidades portuguesas que vivem no estrangeiro, essa virtude da Nação Peregrina em terra alheia, que subsiste em todos os grupos que se reclamam da nossa nacionalidade, da nossa ascendência, ou da simples filiação na nossa cultura.

Este serviço devêmo-lo a Portugal os emigrantes, todos os que voluntaria ou forçadamente tiveram de abandonar a terra onde nasceram: pregar o amor à Pátria, que não é apenas a expressão de um sentimento sem mais consequências. É uma solidariedade viva, permanente e actuante, que deu frutos valiosos quando as comunidades portuguesas que viviam no território do Ultramar foram obrigadas a procurar abrigo pelos caminhos do mundo que descobrimos e ajudámos a tornar-se na terra comum do género humano.

Se o drama foi grande, se o sofrimento assumiu dimensões sem precedentes para todos esses portugueses que subitamente se encontraram sem terra, sem património, sem família, e até sem a nacionalidade que leis condenáveis lhes negaram, a dimensão humana da catástrofe seria muitíssimo maior se as comunidades instaladas no estrangeiro não tivessem aberto largamente os seus braços fraternais para receberem os irmãos náufragos de um desastre que que os excedeu em todos os aspectos.

A sociedade civil, à margem dos governos inexistentes, inoperantes, ou agindo de propósito, organizou-se para enfrentar o desafio, e tenazmente, portuguesamente, foi absorvendo os que chegavam, amparando aqui, apoiando além, e dando nova esperança de vida aos que pareciam morrer com o desabar da sociedade que tinham conhecido e amado. Em todos estes países, essa gente que representa grande parte do melhor que existia na comunidade portuguesa, foi encontrando maneira de contribuir para enriquecer de valores as co-

munidades antigas, para ajudar a desenvolver os países hospedeiros, e para reforçar, apesar das mágoas, esse amor à terra de origem em que se baseará largamente a readaptação de Portugal às condições novas do mundo.

Ninguém agradeceu ainda às comunidades portuguesas instaladas no estrangeiro esta contribuição decisiva para definição de uma nova estabilidade da grei portuguesa, mas essa omissão não impede que se proclame a necessidade de manter viva uma tal devoção, e de insistir em que toda a ajuda que possa ser dada para a reconstrução de uma nova via portuguesa, deve ser prestada sem curar das mesquinhas querelas políticas que ensombram o quotidiano português.

Com tal ajuda, incluindo a material, o investimento, a transferência de poupanças, vai a lição indispensável do patriotismo, a demonstração de que uma tal virtude está acima das pobres competições individuais e de grupos, a afirmação de que a sociedade civil dura para além das glórias partidárias e revolucionárias, que se apagarão no esquecimento, enquanto os homens simples e corajosos da emigração vão cumprindo os deveres permanentes de cuidar dos seus, de ajudar os outros e de amar a Pátria.

3. Um dos graves problemas que teremos de enfrentar como sociedade civil, é o de nos convertermos à realidade nova do País que temos. Não há qualquer interesse, nem vantagem, sobretudo para os emigrantes, em participar na discussão que fascina os políticos sobre as culpas individuais dos agentes do poder. Mas também não encontraremos interesse nem vantagem em esconder o País que somos sob um dilúvio de retórica ideológica, que se desfaz em projectos de sociedade civil sem perguntar a esta o que lhe é possível querer, e o que deseja aceitar.

No mundo em que nos aconteceu viver, Portugal deixou de representar um factor de importância política mundial, não porque tenha perdido uma capacidade material de intervenção que nunca possuiu, mas simplesmente porque alienou todo o poder funcional que lhe advinha da sua estrutura multi-continental.

Dispondo apenas do escasso território europeu, com mais as ilhas, e enfrentando separatismos, laterites, somos finalmente um País mais marítimo do que éramos antes da descolonização. As duzentas milhas de mar patrimonial que a comunidade internacional nos está atribuindo, à margem de qualquer intervenção portuguesa relevante, constituem hoje parte fundamental de um património reduzido, que não temos capacidade para explorar, nem sequer para devidamente policiar, sem cooperação dos outros.

Enquanto a necessária mobilização de meios não é possível, e dificilmente o será sem uma definição do sector de actividade privada que mereça credibilidade, em pouco contribuirá para melhorar a nossa condição de vida.

Por outro lado, definitivamente filiados na concepção rectangular europeia, que há muito disputava a hegemonia da direcção política do País e que encontra a sua filiação mais antiga nas advertências e lamentações do Velho do Restelo, esperamos por um integração europeia que levará tempo, e que não terá nada da instantaneidade que demagógicas declarações anunciaram.

Fomos, ainda, despovoados de competências científicas e técnicas, porque milhares de portugueses qualificados, em cuja preparação investimos capi-

tais avultados, se viram obrigados a abandonar as actividades no País, empurrados por uma insânia que esqueceu que a moral de responsabilidade não é incompatível com a justiça revolucionária.

A maior parte dessa gente não regressará jamais a Portugal, visto que, forçada a emigrar na idade em que a criatividade costuma ser mais produtiva, lançaram raízes noutros lugares, e os filhos são argumento bastante para definitivamente os amarrarem nos locais do destino. A emigração que, sobretudo no seu especto clandestino, tanto dramatizou a nossa vida na década de 60, e encheu os caminhos da Europa de sacrificados portugueses a pagarem tributos desumanos para exercerem o direito natural de ir por esse mundo fora, continuará a ser um fenómeno estrutural da nossa condição. Apenas uma demagogia irresponsável pôde proclamar que a emigração terminaria, e que o País estaria apto a receber de volta os emigrantes forçados a abandonar a sua terra em obediência às leis do mercado europeu.

Somos, em suma, pobres, e teremos de submeter-nos ainda largo tempo a uma terrível lei segundo a qual os povos ricos exportam capitais, e os povos pobres exportam gente, se tiverem para onde. Não se conhece maneira de evitar o funcionamento desta regra inviolável, salvo o caso de um regime totalitário adestrado na administração da miséria, o qual seria um novo cavaleiro do Apocalipse a devastar o que resta de possibilidades à sociedade civil portuguesa.

4. O comum é que os intervenientes no exercício do poder tratem de gastar uma parte pareciável do seu tempo, e da nossa paciência, a discutir as culpas dos regimes e dos seus antecessores e sucessores, para concluírem invariavelmente pela excelência, sem rival, da sua própria intervenção. Aos emigrantes que somos, e aos portugueses condenados a emigrar, essa questão parece-lhes um passatempo inconsequente, porque a sociedade civil a que pertencemos tem responsabilidades que não pode alienar para os cuidados de outrém, sejam de quem forem as culpas. Os filhos não se alimentaram com queixumes, os lamentos não restituem a soberania, os discursos ideológicos não substituem os investimentos, os adjectivos pejorativos não alimentam as bocas sobrantes, as promessas não colocam na mesa o pão de cada dia.

Assumimos a nossa pobreza como um facto, mas não parece que estejamos decididos a admitir que, por sermos pobres, nos tratem como se fossemos subdesenvolvidos, nem, porque nos gastámos nos séculos a dar mundos ao mundo, estamos resignados a suportar que nos condenem o passado de uma História centenária.

Por muito que isso desgoste a pretensão à heroicidade de alguns agentes do processo político, sabemos que a situação portuguesa foi menos o resultado da decisão de uns poucos homens, do que a imposição de uma estrutura mundial violenta, onde os grandes países decidem dos interesses dos pequenos. Que todos os portugueses envolvidos nesse processo tenham conseguido sucumbir com a dignidade exigida por um passado glorioso, é uma questão de indivíduos que não afecta a grandeza da missão do povo a que pertencemos, e Camões já nos tinha advertido de que essas fraquesas também seriam dos nossos. Mas como povo nada temos a enjeitar, com raros termos de comparação,

e poucos e pobres como sempre fomos, aconteceu-nos abrir e fechar o período de maior esplendor do poderio ocidental, que ficará para sempre conhecido como a Era Gâmica. Não se tratou apenas da abertura dos caminhos marítimos, ou da cristianização, ou da definição e uso do método experimental, ou da migração das plantas, ou dos primórdios da antropologia, ou da cartografia, ou das técnicas de construção naval, ou da arte de navegar, ou da angiografia, ou da navegação aérea; não se limita esse passado às glórias seiscentistas com todos os erros e acertos que são tributários da época: trata-se antes de ter construído, em menos de oitenta anos, alguns dos mais prósperos e desenvolvidos territórios da África, onde hoje assentam soberanias reconhecidas. Porque, não é demais dizê-lo, não se limitou tudo aos fumos da Índia.

Não é verdade que Portugal tenha passado quatrocentos anos em África, sem conseguir implantar um sentimento nacional de unidade como proclamava e se propunha. Estivemos nas costas de África, apoiados para a navegação, durante todo o tempo que demorou a nossa actividade ultramarina. Mas no interior da África; nem portugueses, nem quaisquer outros povos, exerceram a ocupação sistemática, instalaram a soberania e a administração, a paz e a ocupação, senão depois da conferência de Berlim, de 1885.

Só então os meios técnicos permitiram a instalação dos europeus no interior, e a vida estabilizada e permanente. Descontados os anos dedicados ao reconhecimento e à ocupação, a construção de Angola e Moçambique, o levantar das cidades mais modernas do continentes africano, como Luanda, Lobito, Benguela, Moçâmedes, Sá da Bandeira, Lourenço Marques, Beira, Nampula, Porto Amélia; o apetrechamento dos melhores portos nas duas costas do continente africano; a implantação dos mais eficientes caminhos de ferro; a definição das fronteiras, a radicação da língua, a estruturação das missões, da saúde e do ensino, tudo levou pouco mais de meio século.

Não precisamos de nos deter sobre o inevitável capital de erros cometidos, porque a esses não faltam cronistas e comentadores poucas vezes desinteressados. Mas das obras e dos méritos é melhor que nos ocupemos nós próprios, porque, vítimas de uma competição de poderes mundiais que nos excedem, e que vão dispendo do destino dos outros com excessivo à vontade, não podemos esperar que venha deles a justiça a que temos direito como povo.

Podemos, todavia esperar que portugueses encontrem melhor maneira de se ocuparem dos nossos interesses do que escolhendo a simples e fácil atitude de concordar e alinhar com aqueles que ou nos ignoram ou nos insultam, chamando imparcialidade à fraqueza com que encaram o que foi um ponto final imposto pela estrutura mundial, e geralmente um desastre sem grandeza.

Ao contrário, o nosso dever histórico é o de enfrentar a adversidade com a mesma dignidade do passado que foi imperial, conscientes de que contribuimos para o patrimônio comum da humanidade com modelos que representam um progresso irreversível.

Por isso mesmo não estamos decididos a aceitar que, sendo pobres, nos tratem como subdesenvolvidos, e não confundimos a modéstia necessária com a humildade que não aceitamos. Capazes de organizar e governar tão larga parte do mundo, teremos também de conservar, franciscanamente, a capacidade



de não renunciar a nenhuma liberdade civil em favor de totalitarismos aos quais apenas os povos ricos poderiam ser poupados. Somos pobres, mas a albanização não faz parte dos projectos que aceitamos. Pobres eram a Grécia que inventou a democracia, a Suíça que a renovou, a Irlanda que não admitiu a dependência britânica.

E menos aceitamos que a pobreza ande a servir de pretexto aos que já vão sustentando que não temos outro destino possível que não seja a perda da identidade secular, e que a independência também é um valor a rever. Em tudo isto, que diz respeito à própria substância da Nação, gravemente afectada, a emigração, as comunidades portuguesas no estrangeiro, têm uma palavra séria a dizer, que ajude a sarar feridas recentes, que recomponha o consenso nacional, que ajude à reconstrução, que contribua para a definição de um projecto consentido, que relance Portugal nos caminhos da criatividade.

Podemos encontrar até no passado próximo motivos de inspiração para o revigoramento de uma acção positiva e valiosa. Por um lado, descontados os excessos verbais dos novos soberanos dos antigos territórios portugueses, e as violências sem utilidade nem justificação que cometem contra os portugueses que ali ficaram e foram a longa mão da construção daqueles países, devemos lembrar que nenhum desses Estados recusou o essencial da obra portuguesa, sem a qual não teriam qualquer possibilidade de existência: nenhum deles recusou as fronteiras territoriais e marítimas que foram definidas pelo nosso esforço contra a ambição dos poderosos do século XIX, de tal modo que Angola, Moçambique, Guiné, só existem porque foram Portugal no passado. Não existia dentro dessas fronteiras qualquer povo identificado, na vasta humanidade, como angolano, moçambicano ou guineense. Foram a presença e a acção portuguesas que implantaram o quadro territorial e humano, onde está hoje a processar-se um fenómeno de nacionalismo autoritário ou totalitário, que não ousou recusar nada do que só aos portugueses é devido.

Por outro lado, a pluralidade de grupos étnicos que hoje vivem dentro dessas fronteiras por nós implantadas, não tinham qualquer espécie de instrumento de comunicação, tradições comuns, ou língua geral. Foram apenas a presença e acção portuguesas que lhes deram esse património sem par que é a língua portuguesa, instrumento mais valioso de que podem dispôr para implantação de uma ideia nacional que procuram, e que ao mesmo tempo os coloca dentro de uma vasta comunidade de milhões de homens, incluindo o Brasil.

Faz parte natural dos caminhos portugueses do futuro que uma qualquer nova forma de convívio venha a ser estabelecida entre Portugal e todos esses antigos territórios. Não é de esperar que as feridas causadas por um longo combate, ou que os interesses que nos forçaram a procurarmos substituir a nossa presença, tornem fáceis, rápidos e vultuosos os resultados a obter nesse sentido. Mas toda a longa marcha começa por um pequeno passo, e este é bem que seja dado, com paciência e com dignidade. Uma dignidade que não pode pactuar com excessos como os que estão a ser cometidos em Moçambique contra a Nação abandonada que ali ficou, portugueses desamparados dos apoios da soberania e da influência que não conseguimos recuperar.

Mas podem as comunidades portuguesas pregar e reclamar o respeito pelos direitos do homem, que nesses lugares estão em retrocesso em comparação com o que se passava antes da independência. As comunidades podem ser a voz desses portugueses sem voz, submetidos a violências intoleráveis. Podem e devem fazer o clamor internacional que é hoje uma das armas eficazes contra os abusos do poder.

Assim como, comunidades felizmente situadas em países livres, amparadas a soberanias devotadas à paz e ao respeito pela dignidade do homem em toda a parte, sem distinção de credos ou de raça, também podem lançar o clamor de apoio de que infelizmente eventualmente necessitarão os 600.000 portugueses que vivem nos territórios da África Austral, implantados na Rodésia, na África do Sul e na Namíbia, e sobre os quais não queremos que venha a desabar nada que tenha semelhança com aquilo que foi chamado a exemplar descolonização portuguesa.

Cada vez que um ideólogo imprudente, sobretudo quando fala em português e invoca uma qualidade oficial, advoga e inevitabilidade de um tal procedimento, esquece que não está apenas a criticar soberanias locais e a interferir nos negócios internos de países independentes: de facto, coloca em perigo centenas de milhares de portugueses emigrantes, ameaça a nossa esgotada sociedade civil com uma nova catástrofe, coloca-nos perante o dever eventual de receber os destroços dessas comunidades esmagadas.

Existem maneiras mais sábias de encarar tais problemas, e sobretudo mais de acordo com os interesses nacionais. Uma delas, é reclamar o respeito integral pelos direitos das minorias, seja qual fôr o destino político dos países, não importa quais sejam as soluções pacíficas ou revolucionárias que nesses territórios venham a implantar-se. Minorias alheias ao processo político local, inscritas com utilidade e brio nas tarefas do desenvolvimento, estranhas às convulsões internas, assiste-lhes o direito ao integral respeito pela sua identidade e dignidade como grupo, e à estrita observância dos Direitos do Homem como pessoas.

Até hoje, de meu conhecimento, só a Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro se inquietou com a urgência deste problema, e lançou, sem grande eco, advertência de que os direitos das minorias são um dado fundamental a ter em conta em todas essas convulsões, já acontecidas ou em perspectiva.

As comunidades podem e devem, nos seus respectivos países hospedeiros, acompanhar essa Ordem dos Advogados, e lançar o clamor pelo respeito dos direitos das minorias, quer das que ficaram desamparadas nos antigos territórios portugueses, quer das que se encontram em perigo nos territórios onde existe a ameaça da mudança violenta.

A campanha a favor dos Direitos do Homem, cuja bandeira foi recentemente levantada neste continente, também deve cobrir essas minorias, e é com legitimidade completa e incontestável, que mãos portuguesas, mãos de emigrantes, podem também empunhar esse estandarte, em benefício da humanidade, no interesse de Portugal, por amor a todos os portugueses espalhados pela terra inteira. A sociedade civil não tem que esperar pelas autoridades: peguem nessa bandeira, levantem-na com determinação, façam saber ao mundo

que os portugueses da Venezuela, os portugueses do Brasil, os portugueses dos EUA, os portugueses do Japão, os portugueses da Austrália, se inquietam uns com o destino dos outros, e todos com o destino da sua Pátria originária.

A força que possuem não pode ser expropriada, nem alienada, nem emudecida, nem ignorada. Será escutada nas instâncias internacionais, e levará sentido e vigor aos responsáveis pela governação portuguesa, assim como o eco da sua reivindicação levará pelo menos conforto áqueles que em Timor, em Moçambique, em Angola, sofrem desamparados a condição de ser portugueses. Fará certamente revigorar a confiança dos que, por centenas de milhares, vivem na África Austral a condição de emigrantes. Reclamará dos grandes do mundo, que tardiamente ergueram a bandeira dos Direitos do Homem, o dever de, ao menos uma vez, usarem as palavras de acordo com as acções, reconduzindo o Ocidente, a que todos pertencemos, para a prática da autenticidade que tantas vezes abandonou. Os emigrantes não têm compromissos ideológicos, não precisam de pactuar com tácticas partidárias, não estão vinculados aos interesses paroquiais que tantas vezes amesquinham a vida pública.

Nisso, são os mais livres dos portugueses, e podem e devem dar o exemplo dessa antiga virtude do patriotismo, que tem em cada momento a sua melhor expressão na solidariedade efectiva para com os portugueses que se encontram vivos na terra. A campanha a favor dos Direitos do Homem, que serve os interesses gerais da Humanidade, também nesta data especialmente serve os interesses e a dignidade de milhares de portugueses em perigo, que abandonaram a terra natal por razões iguais às de todos os emigrantes, e enfrentam com a mesma galhardia as responsabilidades comuns da sociedade civil. Não estão sós, não podem encontrar-se isolados, precisam de ter a certeza de que o vigor, a influência, a acção dos milhões de portugueses que constituem a Nação Peregrina em terra alheia, convergem unânimes no sentido de lhes ser entendidas sem demoras, sem compromissos, sem excepções, a protecção da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

5. Para isto as autoridades portuguesas não são necessariamente dispensáveis, antes faz parte evidente do seu dever lançarem toda a capacidade de acção que lhe resta em tal sentido. Mas daquilo que principalmente se trata é de demonstrar que a sociedade civil é capaz de agir inspirada apenas pelas suas convicções e valores.

Não tem que esperar pela iniciativa oficial de ninguém, porque o sofrimento desses portugueses abandonados ou em perigo também cresce à revelia dessa intervenção. A iniciativa da sociedade civil, neste caso dos portugueses, dos descendentes de portugueses e dos filiados na cultura portuguesa, legitimamente apoiada em textos internacionais indiscutíveis, bem poderá acrescentar a força das autoridades portuguesas em exercício, se estas quiserem juntar-se ao esforço, e levar ao renascimento dessa virtude que não tem substituto, e que se chama o patriotismo. É em nome da Pátria que não morre, que portugueses que vivem no estrangeiro podem e devem levantar a bandeira dos Direitos do Homem em favor de portugueses vivos, que são parte da Pátria, que repudiam que se possa morrer com ela, e querem que os seus filhos pos-

sam contar com ela, porque, poderosa ou fraca, dilatada pelo mundo ou reduzida ao torrão originário, é a que temos, é a única, é a nossa.

Com isto também se ajudará a implantar o valor da concórdia, que deve superar o enlouquecimento das virtudes, valor apoiado pelos portugueses que vivem longe dos factos sem viverem longe dos sofrimentos, e pela simples distância não confundem o essencial com o transitório. Não basta que se reconheça que as comunidades são um elemento fundamental do limitado património nacional que nos resta. É insuficiente pedir que encaminhem as poupanças para a terra de origem, para ajudar ao equilíbrio de uma economia que teima em não ter definição. É pouco reduzir as homenagens às comunidades a festejos ocasionais, à edição de medalhas comemorativas, e à condescendência de lembrar Camões.

Reconhecidas como uma força e um valor essencial, tem necessariamente de lhes ser dado o peso equivalente na definição de um projecto para o futuro.

Que tenham uma representação adequada no aparelho político do País, é a menor das reivindicações que nenhuma sabedoria política mínima pode recusar. Mas sobretudo há que não esquecer os aspectos qualitativos, a concepção de vida, os valores em que acreditam e que têm de estar presente e respeitados na estrutura política que vigorar, para que o esforço das comunidades se inscreva com legitimidade na tarefa da redefinição nacional.

É por incondicional amor a Portugal que não podemos ser incondicionais na aceitação de tudo o que aconteça na vida do Estado português. As comunidades deverão estar presentes, mas críticas, participantes, exigentes, com a força que vem da independência, da fé nos valores, da consciência do que representam ao serviço dos ideais que veneram.